

# Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

11ª Edição  
Agosto de 2010

## Editorial

Nas últimas semanas, houve uma marcante mudança no cenário econômico nacional. A inflação passou a ter um comportamento mais favorável do que o esperado, resultando em uma revisão para baixo das projeções para o IPCA em 2010 e para a intensidade do ciclo de alta da taxa Selic.

O inverso ocorreu com a atividade econômica, que no 2º Tri/10 perdeu fôlego com a diminuição das vendas no varejo e da produção industrial. As razões para essa desaceleração vão desde a antecipação do consumo de bens duráveis (estimulada pela redução de impostos, terminada no final de março) até algum efeito Copa do Mundo.

A queda no ritmo de crescimento não parece ser permanente, já que se constata expansão do rendimento médio, do emprego formal, do crédito e da confiança. Além disso, se observa forte crescimento dos investimentos, principalmente na construção civil.

Simultaneamente, pioraram os resultados da conta corrente, que precisam ser estancados para não restringirem o crescimento sustentado do país no longo prazo.

O FMI elevou a previsão de crescimento da economia mundial para 2010, de 4,2% para 4,6%, porém alerta sobre a crise de dívida na Zona do Euro, que pode comprometer a recuperação. A elevação da previsão

se deve ao crescimento do PIB chinês de 10,3% no 2º Tri/10 em relação ao mesmo período do ano anterior. A China deve continuar sendo o destaque da economia mundial. Já o PIB dos EUA cresceu 2,4% no 2º Tri/10 em relação ao mesmo período de 2009, um pouco abaixo do esperado pelos analistas. Os gastos dos consumidores norte-americanos, motor fundamental da economia, tiveram uma contribuição menor no período.

O principal termômetro dos efeitos do cenário externo sobre a economia brasileira é a taxa de câmbio, que foi pouco afetada pela piora do cenário internacional, e permaneceu em R\$ 1,80 em julho. Os preços das commodities e os indicadores da aversão ao risco não foram muito afetados pela piora da economia mundial nos últimos meses e vêm apresentando um comportamento mais favorável em julho.

Na saúde suplementar, o novo presidente da ANS tomou posse oficialmente e definiu as principais linhas de atuação da Agência, dentre elas: a implementação de novos modelos de financiamento; o desenvolvimento de mecanismos de incentivo à concorrência saudável; a política de incorporação de novas tecnologias; programas de qualificação e de acreditação; e modelos de remuneração dos serviços hospitalares.

Já estão em debate na Agência: mudanças na regulação do direito dos desliga-

dos de permanecerem no plano (artigos 30 e 31); modelo de portabilidade; formas de financiamento do setor; formas de pagamento entre operadoras e prestadores; e resolução de conflito entre consumidores e operadoras.

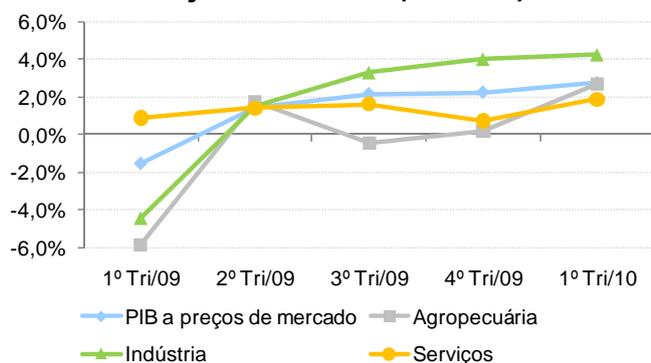
Espera-se que desses debates se consiga um aperfeiçoamento da regulação. Os dispositivos relativos ao direito dos desligados demandam esclarecimento e melhores definições, como a responsabilidade dos contratantes. As regras de portabilidade são consideradas restritivas por parte dos consumidores. Há uma importante questão relativa ao financiamento dos planos para os idosos, cujo percentual na população crescerá de forma muito rápida nos próximos anos. A resolução administrativa de conflitos entre consumidores e operadoras deve ser uma prática a ser incentivada pela ANS. Todos esses aspectos pertencem ao espaço da regulação.

A ANS também coordena as conversas entre operadoras e prestadores relativas a formas de pagamento, pois as atuais não alinham incentivos para a eficiência e a qualidade na atenção médica. Esse é um inestimável serviço à saúde suplementar. No entanto não se pode cair na tentação de regular uma relação que não necessita dela.

**José Cechin**

*Superintendente Executivo*

**Gráfico 1 – PIB - Variação trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal Dez/09 - Mar/10**



Fonte: Contas Nacionais - IBGE

**Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2010**

Indicador	Expectativa
IPCA (%)	5,35
IGP-M (%)	8,57
Meta Taxa Selic (%)	11,75
Câmbio (R\$/US\$)	1,80
PIB (%)	7,20

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 23/Jul/2010

**Gráfico 2 - PME: Distribuição da população (PEA e PNEA) - Jun/09 a Jun/10 (Nº de pessoas)**



Fonte: PME – IBGE

**Tabela 2 - PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação - Jun/09 e Jun/10**

População Ocupada	Posição Jun/09		Posição Jun/10	
	PEA (%)	Em mil pessoas	PEA (%)	Em mil pessoas
Com carteira	49,6	10.489	51,0	11.150
Conta própria	18,5	3.922	18,1	3.953
Sem carteira	18,9	4.004	18,3	3.993
Empregadores	4,6	974	4,7	1.035
Não remunerados	0,6	127	0,5	111
Setor público	7,7	1.628	7,4	1.626

Fonte: PME – IBGE

## 1. Cenário macroeconômico

### 1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB do Brasil avançou 2,7% no 1º trimestre de 2010, em comparação ao último trimestre de 2009 (série com ajuste sazonal), chegando a R\$ 826,4 bilhões. Na comparação com igual período do ano passado, a economia do país cresceu 9,0%, obtendo o melhor resultado anual desde o 1º trimestre de 1995 (10,1%).

O bom desempenho verificado na margem, pela ótica da oferta, foi liderado principalmente pela indústria, que registrou alta de 4,2%. A agropecuária cresceu 2,7% e o setor de serviços subiu 1,9%.

Na comparação com igual período de 2009, a indústria continuou em destaque, ao crescer 14,8%, impulsionada pelo dinamismo das indústrias de transformação (17,2%) e da construção civil (14,9%), sendo esta beneficiada pelo aumento das operações de crédito. O setor de serviços cresceu 5,9%, sustentado pelo fortalecimento da demanda interna, seguido da agropecuária, que cresceu 5,1%, refletindo o efeito de condições meteorológicas adequadas à produção de importantes culturas, como algodão, soja e café.

O novo ciclo de expansão da economia brasileira que veio com o bom desempenho do PIB no 1º trimestre do ano aumentou as estimativas de crescimento da atividade econômica para 2010, de 6,6% em 04 de junho para 7,2% em 23 de julho. A demanda interna continua a impulsionar o crescimento econômico, com destaque na recuperação dos investimentos, indispensáveis para a sustentabilidade da expansão da economia no médio prazo.

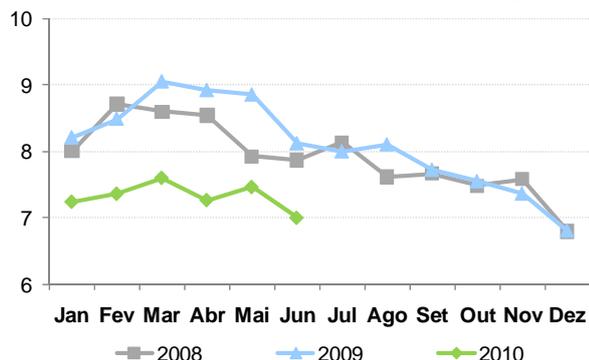
### 1.2 Emprego - PME

Na Pesquisa Mensal de Emprego referente a junho de 2010, do IBGE, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país baixou para 7,0%, recuando 0,6 ponto percentual na comparação com a taxa observada em março (7,6%) e 1,1 ponto percentual frente à taxa apurada em junho de 2009 (8,1%). Essa também é a menor taxa para

#### Equipe Técnica:

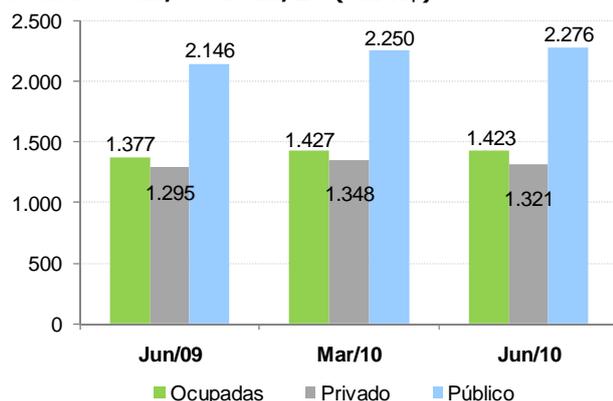
José Cechin - Superintendente Executivo  
Carina Burri Martins - Coordenadora  
Shirlei Freire Cavalcante - Pesquisadora

**Gráfico 3 - Taxa de desemprego (% da PEA)**



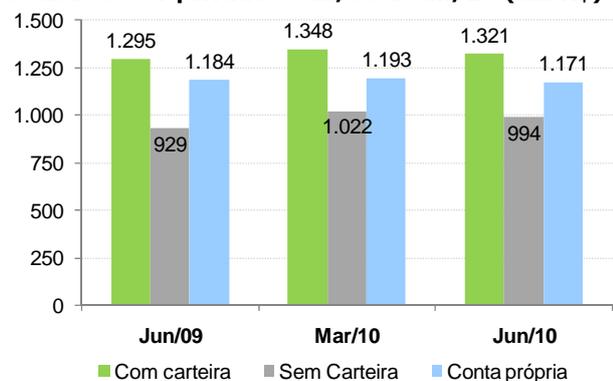
Fonte: PME - IBGE

**Gráfico 4 - Rendimento real mensal habitualmente recebido - Jun/09 a Jun/10 (em R\$)**



Fonte: PME – IBGE

**Gráfico 5 - Rendimento real mensal habitualmente recebido Setor privado - Jun/09 a Jun/10 (em R\$)**



Fonte: PME – IBGE

um mês de junho desde o início da série histórica, em 2002.

O recuo observado da taxa de desocupação no 2º Tri/10 pode estar relacionado à saída de pessoas do mercado de trabalho e não somente à geração de postos de trabalho. A população desocupada se reduziu 7,9% e a população economicamente ativa (PEA) ficou estável em relação à população em idade ativa (PIA). A participação da PEA na PIA caiu de 57,0% para 56,9% e a da População Desocupada na PIA de 4,3% para 4,0%.

O contingente de pessoas ocupadas, calculado em 21,8 milhões em Jun/10, cresceu 3,4% em relação a Jun/09, predominando os empregos com carteira (mais 661 mil) e empregadores (mais 61 mil).

Na composição da PEA, o emprego formal (pessoas com carteira assinada, empregadores e setor público) cresceu 2,0% entre Jun/09 e Jun/10, com 720 mil novos empregos (Tabela 2).

No ano, houve redução de 0,1% no setor público (2 mil vagas) nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. No 2º Tri/10 foram abertos 37 mil postos de trabalho que significou crescimento de 2,3% no setor.

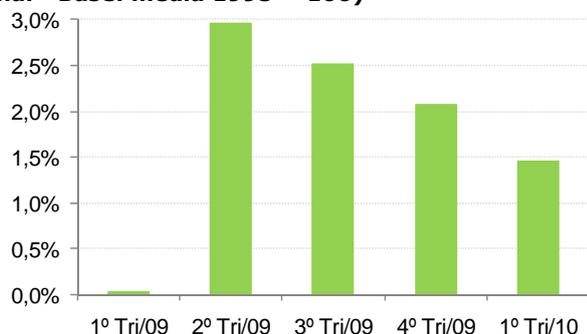
### 1.3 Renda - PME

O rendimento médio real habitual da população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE cresceu 3,4% entre Jun/09 e Jun/10, ao passar de R\$ 1.377 para R\$ 1.423, respectivamente. No 2º Tri/10 houve redução de 0,3% da renda real recebida pelo trabalhador. Nesse período, a renda passou de R\$ 1.427 para R\$ 1.423 (Gráfico 4).

A maior expansão da renda ocorrida em 12 meses se deu no grupo de trabalhadores sem carteira assinada (6,9%), seguida do grupo dos servidores do setor público (6,1%). Já no 2º trimestre do ano, todos os grupos tiveram diminuição da renda habitualmente recebida, exceto os trabalhadores do setor público cuja renda cresceu 1,1% no período.

### 1.4. Consumo

**Gráfico 6 - Variação trimestral da despesa de consumo das famílias 2009 - 2010 (Série com ajuste sazonal - Base: média 1995 = 100)**

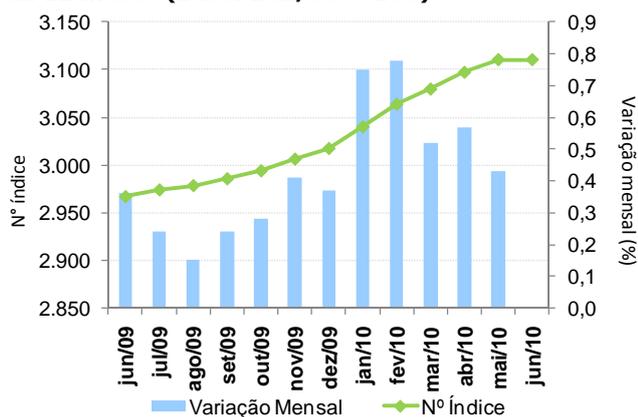


Fonte: Contas Nacionais - IBGE

A atividade econômica permanece sendo impulsionada pelo consumo das famílias, que cresceu 9,3% em 12 meses (mesma taxa de crescimento do terceiro trimestre de 2008), de acordo com dados dessazonalizados do IBGE. No 1º Tri/10, no entanto, a demanda interna foi 0,6 ponto percentual menor que no trimestre anterior.

A expansão da demanda interna entre 1º Tri/09 e o 1º Tri/10 foi favorecida pelo aumento da taxa de formalização do emprego, pelo aumento das operações de crédito para as pessoas físicas e pela retomada dos investimentos. O consumo das famílias deverá seguir com crescimento estimulado pela disposição dos trabalhadores em comprometer renda futura, em cenário de confiança elevada e disponibilidade de crédito.

**Gráfico 7 - IPCA: Variação mensal e índice acumulado em 12 meses (Base: Dez/93 = 100)**

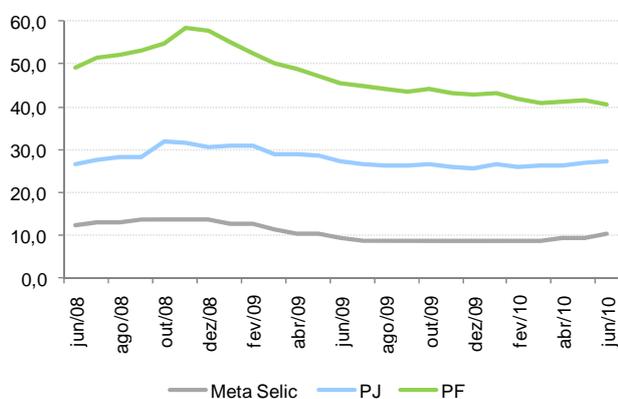


Fonte: IBGE

### 1.5 Inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – que leva em consideração a variação nos preços dos bens adquiridos por consumidores com renda entre 1 e 40 salários mínimos - encerrou o mês de junho estável (0,00%) em relação ao mês anterior. Tal resultado denota desaceleração frente à variação de 0,43% apurada em maio e representa a menor taxa desde junho de 2006 (-0,21%). No 2º Tri/10, o índice ficou em 1,0%, contra 2,1% registrado no trimestre anterior e em 12 meses o índice ficou em 4,8%.

**Gráfico 8 - Meta Taxa Selic, Juros para Pessoa Física e Jurídica (%) - Jun/08 a Jun/10**



Fonte: Bacen

### 1.6 Taxas de Juros

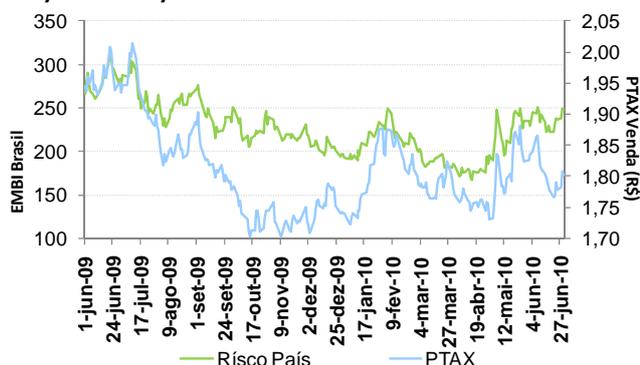
O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, na última reunião ocorrida no dia 21/Jul/10, elevar a taxa de juros básica (Selic) em 0,50 ponto percentual, passando para 10,75% ao ano. A intensidade do aumento foi menor do que nas duas ocasiões anteriores, quando a taxa subiu 0,75 ponto percentual. Mesmo com o recuo da inflação, o argumento para elevação da taxa básica de juros é a necessidade de conter o ritmo de crescimento do consumo de bens e serviços e assim manter a inflação dentro da meta. Isso porque o aumento dos juros encarece as operações de crédito para o consumidor.

**Equipe Técnica:**

José Cechin - Superintendente Executivo  
 Carina Burri Martins - Coordenadora  
 Shirlei Freire Cavalcante - Pesquisadora

1.7 Câmbio

Gráfico 9 - Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil - Dez/08 a Jan/10



Fonte: J. P. Morgan e Bacen

Calculado diariamente pelo J. P. Morgan, o risco país do Brasil registrou 248 pontos em 30/Jun/10 – uma queda de 12,7%, ou 36 pontos-base, em doze meses. Considerado um dos principais termômetros da confiança dos investidores, o índice EMBI+ é usado para medir a capacidade de um país honrar seus compromissos financeiros. Quanto maior a pontuação do indicador, mais arriscado será investir no país.

O câmbio vem apresentando tendência de desvalorização e chegou a R\$ 1,802 em 30/Jun/10. Em 30/Mar/10 a taxa câmbio era de R\$ 1,795.

1.8 Resumo – Cenário macroeconômico

Variável	Jan-Mar 2009	Jan-Mar 2010	Δ% no período	
PIB (R\$ Milhões correntes)	717.431	826.405	15,2	
Consumo do governo (R\$ Milhões correntes)	148.058	157.278	6,2	
Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes)	455.618	526.667	15,6	
Emprego e Renda	Jun/09	Jun/10	Δ%	
			Jun-10 Jun-09	Jun-10 Mar-10
População Ocupada (em mil pessoas)	21.148	21.877	3,4	0,6
Empregados com carteira assinada (em mil pessoas)	10.489	11.150	6,3	0,7
Empregados no setor público (em mil pessoas)	1.628	1.626	-0,1	2,3
Renda média real (R\$)	1.377	1.423	3,4	-0,3
Setor privado com carteira assinada (R\$)	1.295	1.321	2,0	-2,0
Setor público (R\$)	2.146	2.276	6,1	1,1
Inflação	Jun/09	Jun/10		
IPCA (%) – Variação em 12 meses	4,8	4,8		
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	1,5	5,2		
Juros e Câmbio	Jun/09	Jun/10	Δ% Em 12 meses	
Taxa de Juros Selic (%)	9,25	10,25	1,0 p.p.	
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,951	1,802	-7,6%	

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

## 2. Saúde Suplementar em Números

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar são os divulgados em junho de 2010, com data-base março de 2010, já analisados na 13ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de junho de 2010, disponível em <http://www.iess.org.br/html/Naciss13edjun10.pdf>.

Brasil		Assistência Médica							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				1° Tri/09	2° Tri/09	3° Tri/09	4° Tri/09	1° Tri/10	12 Meses
<b>Total</b>		43.196.168		0,1	0,8	1,8	2,2	0,8	5,6
<b>Capital</b>		18.237.479	42,2	-0,1	0,3	1,4	1,7	0,0	3,6
<b>Região Metropolitana</b>		29.849.237	69,1	-0,2	0,4	1,8	2,3	0,4	5,0
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	9.215.362	21,3	0,1	0,3	1,9	0,9	-0,2	3,0
	<b>Coletivo</b>	31.504.583	72,9	0,1	0,9	1,8	2,6	0,1	5,6
	<b>Empresarial</b>	24.035.576	55,6	0,1	1,0	2,0	3,0	0,5	6,7
	<b>Por Adesão</b>	7.417.313	17,2	0,2	0,6	1,1	1,6	-0,9	2,3
	<b>Não Informado</b>	2.476.223	5,7	-1,2	0,2	0,6	1,5	14,4	17,1
<b>Época do Contrato</b>	<b>Antigos</b>	9.207.230	21,3	-2,1	-2,1	-1,8	-0,6	-1,4	-5,8
	<b>Novos</b>	33.988.938	78,7	0,8	1,6	2,8	3,0	1,4	9,2
<b>Faixa Etária</b>	<b>0 a 18 anos</b>	10.791.382	25,0	-0,7	0,6	1,5	2,3	1,2	5,8
	<b>19 a 58 anos</b>	27.149.700	62,9	0,1	0,7	1,9	2,3	0,6	5,6
	<b>Acima de 59 anos</b>	5.236.524	12,1	1,3	1,2	1,7	1,6	1,0	5,7
<b>Gênero</b>	<b>Masculino</b>	20.230.402	46,8	-0,1	0,7	1,9	2,3	0,7	5,8
	<b>Feminino</b>	22.965.766	53,2	0,2	0,8	1,6	2,1	0,9	5,5
<b>Modalidade</b>	<b>Autogestão</b>	5.273.525	12,2	-0,4	-0,3	0,1	0,3	0,7	0,7
	<b>Cooperativa</b>	15.317.347	35,5	1,3	1,8	2,3	2,5	1,5	8,3
	<b>Filantropia</b>	1.456.299	3,4	-1,6	-0,8	2,6	1,9	3,6	7,4
	<b>Medicina de Grupo</b>	15.990.839	37,0	-0,5	0,3	2,1	2,3	-0,6	4,1
	<b>Seguradora</b>	5.158.158	11,9	-0,9	0,9	0,8	2,9	2,6	7,2
<b>Segmentação</b>	<b>Referência</b>	6.174.166	14,3	0,1	0,2	2,2	2,5	2,1	7,1
	<b>Hosp. e Amb.</b>	31.694.658	73,4	0,3	0,9	1,7	2,1	-0,3	4,5
	<b>Hospitalar</b>	687.279	1,6	-2,1	-0,2	-0,3	0,4	-2,5	-2,6
	<b>Ambulatorial</b>	2.209.009	5,1	-2,1	1,3	2,1	3,9	1,0	8,5
	<b>Não Informado</b>	2.431.056	5,6	-0,7	0,4	1,2	1,7	14,8	18,6
Brasil		Odontológico							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				1° Tri/09	2° Tri/09	3° Tri/09	4° Tri/09	1° Tri/10	12 Meses
<b>Total</b>		13.377.424		1,2	5,9	6,2	6,8	1,2	21,6
<b>Capital</b>		6.228.479	46,6	0,4	6,1	7,3	7,8	0,8	23,7
<b>Região Metropolitana</b>		9.878.109	73,8	1,2	6,4	7,4	8,4	1,8	26,1
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	2.161.088	16,2	6,2	9,1	12,4	14,0	2,2	42,9
	<b>Coletivo</b>	11.022.364	82,4	0,5	5,5	5,2	5,6	0,9	18,2
	<b>Empresarial</b>	6.958.277	52,0	1,1	4,0	5,1	7,3	3,3	21,3
	<b>Por Adesão</b>	3.828.326	28,6	-0,2	8,5	5,7	3,2	-2,5	15,5
	<b>Não Informado</b>	193.972	1,4	-2,0	1,5	4,1	4,2	9,9	20,9
<b>Época do Contrato</b>	<b>Antigos</b>	770.741	5,8	-4,3	-3,4	-3,9	-2,3	-2,6	-11,6
	<b>Novos</b>	12.606.683	94,2	1,7	6,7	7,0	7,5	1,5	24,5
<b>Faixa Etária</b>	<b>0 a 18 anos</b>	2.968.956	22,2	0,4	6,0	5,8	7,3	1,5	22,2
	<b>19 a 58 anos</b>	9.815.717	73,4	1,4	5,9	6,3	6,8	2,0	22,6
	<b>Acima de 59 anos</b>	588.640	4,4	2,9	7,3	6,9	6,4	1,9	24,4
<b>Gênero</b>	<b>Masculino</b>	6.659.511	49,8	0,9	5,7	5,9	6,6	1,3	20,9
	<b>Feminino</b>	6.717.913	50,2	1,6	6,1	6,5	7,1	1,1	22,4

Fonte: ANS - Tabnet - Pesquisado em 30/Jun/10; Elaboração: IESS